



Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP



A recessão nos EUA vai derrubar o PIB no Brasil?

É até provável que a próxima reunião do Copom encerre ciclo de aumento de juros

O PIB dos Estados Unidos caiu no primeiro trimestre. O resultado foi bem pior do que as expectativas de 2024, e o PIB de 2025 vai ficar abaixo do que se esperava no ano passado. Essa queda no produto se deve às ações do novo governo. Até aqui, há poucas dúvidas.

O que acontecerá daqui para diante é incerto. A maioria dos analistas prevê uma recuperação no segundo trimestre, mas eu não ando com fé nessas expectativas. Há muita divergência entre as previsões, elas têm mudado muito de uma semana para outra e falharão no primeiro trimestre.

Além disso, os modelos de previsão não são projetados para captar uma repentina desorganização da estrutura produtiva. Boa parte

dessa desorganização ainda não se reflete nos dados de produção e mercado de trabalho. Índices de sentimento e preços de ações e títulos captam - de modo imperfeito - essas mudanças nas expectativas.

Esses indicadores preocupam bastante. Por exemplo, o famoso índice de confiança do consumidor da Universidade de Michigan está num dos níveis mais baixos das últimas décadas, e o índice de incerteza de Bloom, Baker e Davis está em níveis astronômicos.

A meu ver, a chance de a economia norte-americana enfrentar uma recessão em 2025 é substancial. Aí, uma pergunta é: a recessão lá teria grandes impactos negativos aqui?

Em princípio, há motivos para

temer os efeitos de uma recessão por lá. A crise financeira nos países desenvolvidos em 2008-2009 derrubou o PIB nos emergentes. Em geral, se a economia norte-americana vai mal, há menos demanda por exportações, menos dinheiro voando para países emergentes, menos demanda por dívida brasileira.

Entretanto, as previsões para 2025 e os preços no mercado financeiro não parecem estar preocupados com isso. Projeções para o crescimento do PIB brasileiro em 2025 continuam na casa dos 2%, sem grandes alterações recentes. O índice Bovespa está quase 10% acima do nível de 20 de janeiro, quando Trump tomou posse - o índice da Bolsa dos Estados Unidos

caiu mais de 5% no período.

Por quê?

Muito se fala sobre um possível impacto positivo da briga dos Estados Unidos com a China nas exportações brasileiras. A ideia é que, se eles não transacionam entre si, precisam comprar de outros países, e o Brasil supriria parte dessa demanda. É, porém, difícil estimar esses efeitos num mundo com cadeias de produção globais. Há muita incerteza aqui.

O efeito nas nossas taxas de juros, porém, é bem mais claro.

Uma economia mais fraca, em geral, leva a juros menores nos Estados Unidos. Pode até ser que um aumento da inflação por lá empurre as taxas nominais de juros para cima, mas, com a economia

em recessão, a taxa real de juros (aquela que desconta a inflação) não subiria.

Quando os juros reais nos Estados Unidos estão mais baixos, outros países precisam pagar taxas menores para atrair capital. Além disso, o dólar fraco reduz a pressão inflacionária. Isso tudo contribui para o Banco Central cortar juros aqui.

De fato, as previsões para as taxas de juros no Brasil se reduziram nos últimos tempos. É até provável que a próxima reunião do Copom seja a última deste ciclo de aumento de juros.

Uma recessão nos Estados Unidos não vai afundar a nossa economia. Temos outros motivos para nos preocupar.



Quem tem conta empresarial Banrisul agora tem limite turbinado do cartão Banricompras Empresas.



Negociação de MP pode solucionar impasse em torno de Candiota 3

/ ENERGIA

O prefeito de Bagé, Luiz Fernando Mainardi, está articulando junto ao governo federal uma possível solução para o impasse enfrentado pela termelétrica a carvão Candiota 3. A usina, que estava paralisada desde o mês de janeiro em virtude do encerramento

do seu contrato de compra e venda de energia, voltou a operar de maneira emergencial com a comercialização feita no mercado spot (de curto prazo), mas o problema contratual não foi solucionado.

Mainardi esteve em Brasília na semana passada, para dialogar com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e com a

ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. “É inadmissível o Rio Grande do Sul e o Paraná estarem fora do projeto de transição energética justa e não resolver o problema da usina de Candiota”, avaliou o prefeito.

De acordo com o chefe do Executivo de Bagé, o saldo do encontro foi positivo, em termos de “compreensão política”. Conforme explica, deverá ser criado um grupo de trabalho no governo federal com foco na transição energética, estipulando suas diretrizes. Também é possível que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inclua o Rio Grande do Sul e o Paraná no projeto, conforme Silveira teria antecipado ao prefeito de Bagé.

O relato de Mainardi foi feito durante visita ao Jornal do Comércio na terça-feira, 6 de maio, dia em que cumpriu agendas em Porto Alegre. Na oportunidade, o prefeito foi recebido pelo diretor-presidente do Jornal do Comércio,



BRENO BAUER/JC

Prefeito Mainardi esteve em Brasília e se reuniu com o ministro Silveira

Giovanni Jarros Tumelero, que fez o convite para que Mainardi participe do primeiro evento regional do projeto Mapa Econômico do RS 2025, que ocorrerá em Bagé, no dia 5 de junho.

A terceira temporada da iniciativa, que faz uma radiografia das cadeias produtivas no Rio Grande do Sul, começará pelas regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste. Por isso, o primeiro evento com lideranças regionais será em Bagé, no dia 5 de junho, às 17h, no Palacete Pedro Osório (ave-

nida Tupi Silveira, 1.436 - Centro).

Em Porto Alegre, Mainardi também cumpriu agenda no Tribunal de Contas do Estado (TCE). Lá, buscou discutir problemas na folha de pagamento da prefeitura de Bagé, oriundos da gestão municipal que o antecedeu, e negociou um acordo para reduzir os gastos com pessoal no TCE. A partir disso, ele deverá se comprometer a adequar gradativamente as despesas na área ao limite de 54% estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



CGT ELETROSUL/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Expectativa é pela retomada permanente da operação da usina